CRÉDITO RURAL: PRUDENCIAL E FUNDAMENTAL



TIRSO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

EM 2024, o setor agropecuário brasileiro enfrenta um aumento significativo no número de pedidos de renegociação e na inadimplência do crédito rural. Esse fenômeno tem sido impulsionado por diversos fatores, refletindo as dificuldades econômicas e climáticas que atingiram o campo de norte a sul do País. Entre os principais motivos, está a combinação de uma safra prejudicada por eventos climáticos – como secas, altas temperaturas e enchentes –, que afetou diretamente a produtividade agrícola. A queda na produção comprometeu a capacidade dos produtores de gerar receita suficiente para honrar suas dívidas, especialmente em regiões que sofreram perdas severas.

Outro fator agravante para o aumento da inadimplência foi o elevado grau de alavancagem ou o endividamento dos produtores rurais. Nos primeiros três meses do Plano Safra 2024/2025, em São Paulo, foram desembolsados R$ 11,0 bilhões – uma queda de 30,4% em relação ao mesmo período da safra anterior. Em nível nacional, o desembolso de crédito rural foi de R$ 112,8 bilhões – uma queda de 31,1%.

Nos últimos anos, muitos agricultores recorreram ao crédito para financiar seus investimentos e aumentar a produção. Apesar das políticas de juros subsidiados do Governo, o aumento da taxa Selic e o encarecimento geral dos insumos agrícolas têm pressionado as margens dos produtores. Isso dificultou o pagamento das parcelas dos financiamentos rurais, especialmente para aqueles agricultores que dependem fortemente de crédito para sustentar suas operações.

Além disso, a acentuada desaceleração na economia global, agravada pelas tensões internacionais e pelas crises comerciais, também impactou o setor agrícola, gerando incertezas quanto à expansão da demanda externa e à dinâmica dos preços internacionais. Com o cenário de receita de exportações menos vibrante e uma menor competitividade, muitos produtores depararam-se com preços menores das *commodities* agrícolas. O mercado de grãos, carne e outros produtos agropecuários enfrentou oscilações negativas de preços, que impactaram diretamente o faturamento e as margens das propriedades agropecuárias.

A falta de acesso a um seguro agrícola abrangente e eficaz é outro problema que agrava a situação. Embora existam opções de seguro rural, muitos produtores ainda não têm acesso a produtos de seguro eficientes para proteger suas lavouras contra eventos climáticos extremos. Sem um seguro adequado, os agricultores ficam mais vulneráveis e têm uma maior dificuldade em manter sua capacidade de pagamento em tempos de crise.

Por fim, as políticas de renegociação de dívidas e a burocracia nos programas de refinanciamento também têm dificultado o alívio financeiro. A médio prazo, é essencial que sejam adotadas políticas públicas que garantam uma maior previsibilidade econômica e proteção contra eventos climáticos, além de uma revisão das condições de acesso ao crédito para o setor agrícola. A FAESP tem reiterado, junto às esferas de governo, a necessidade de uma atenção especial aos produtores que já foram penalizados pela crise climática.

Embora existam iniciativas para renegociar ou prorrogar os prazos de pagamento, a demora no processamento desses pedidos e a falta de informações claras e disposição por parte das instituições financeiras fazem com que muitos agricultores não consigam ajustar suas finanças rapidamente, postergando a resolução do problema e o ajuste a esse ciclo de baixa. Vale lembrar que os créditos são pagos com o fruto da venda de suas culturas e, quando há quebra, ou quando colheitas são dizimadas, os parcos recursos ficam ainda mais restritos.

O crédito rural é fundamental para a modernização e o crescimento da agropecuária, mas o seu uso deve ser prudente, dentro de um certo limite de endividamento; caso contrário, pode transformar-se em uma ignição para a corrosão do patrimônio, sobretudo no contexto atual de elevadas taxas de juros. ■